



4886 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT05 - Estado e Política Educacional

Sentidos do PISA na mídia no Brasil: nova forma de governamentalidade
Márcia Aparecida Amador Mascia - USF - Universidade de São Francisco
Agência e/ou Instituição Financiadora: Fapesp / Cnpq

Sentidos do PISA na mídia no Brasil: nova forma de governamentalidade

Resumo:

Este trabalho tem como proposta analisar os discursos do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), à luz das ferramentas foucaultianas, tendo como corpus reportagens da mídia, veiculadas no Brasil. Este artigo, em particular, irá focar uma reportagem a respeito do PISA da Revista Veja de 14 de dezembro de 2016. Partimos das seguintes perguntas de pesquisa: Os discursos da mídia instauram “novos” regimes de verdade de modo a produzir novas subjetividades em Educação no Brasil? Como tais discursos atuam como novas formas de governamentalidade na Educação? Considera-se por governamentalidade uma multiplicidade de práticas de governo que tomam como alvo uma população e os saberes da economia como estratégias de ação (FOUCAULT, 2008), incluindo aí, as avaliações externas. Pretendemos trazer à tona os conflitos geralmente apagados e camuflados que compõem a racionalidade que sustenta o PISA, problematizando-os à luz dos estudos foucaultianos, no intuito de melhor entender as relações contemporâneas instauradas pelas avaliações externas em larga escala.

Palavras-chave: PISA, Discurso, Governamentalidade, Mídia.

Introdução

Este trabalho é fruto de minha pesquisa de pós-doutorado, desenvolvida em uma universidade nos Estados Unidos, na área de Educação. Também, faz parte de pesquisa de bolsa de produtividade e do Grupo de Pesquisa certificado pelo CNPq do qual sou líder. Trata-se de estudar os discursos das avaliações externas, particularmente, o PISA *Programme for International Student Assessment* (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), à luz das ferramentas foucaultianas, a partir dos documentos do PISA encontrados nos sites da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no Brasil e, também, de reportagens da mídia, veiculadas no Brasil. Este artigo, em particular, irá focar na mídia, apresentando a análise de uma reportagem a respeito do PISA da Revista Veja de 14 de dezembro de 2016.

Partimos das seguintes perguntas de pesquisa: Os discursos da mídia instauram “novos” regimes de verdade de modo a produzir novas subjetividades em Educação no Brasil? Como tais discursos atuam como novas formas de governamentalidade na Educação?

A partir do escopo teórico discursivo, na interface dos estudos arquegenealógicos de Foucault, o trabalho tem como objetivo levantar as emergências discursivas que apontam para novos dispositivos de governamentalidade engendrados pelo PISA. A noção de governo ultrapassa o registro de um governo de Estado, pois essa prática se constitui pelos diversos espaços sociais, tais como a família, a escola, dentre outros. Houve, na modernidade, um deslocamento da arte de governar, deixando de lado a soberania que governava um território para um modelo governamental centrado na população (FOUCAULT, 2008). Considera-se por governamentalidade uma multiplicidade de práticas de governo que tomam como alvo uma população e os saberes da economia como estratégias de ação (FOUCAULT, 2008), incluindo aí, as avaliações externas. Pretendemos trazer à tona os conflitos geralmente apagados e camuflados que compõem a racionalidade que sustenta o PISA, problematizando-os à luz dos estudos foucaultianos, no intuito de melhor entender as relações contemporâneas instauradas pelas avaliações externas em larga escala.

Os resultados de análise apontam que o PISA funciona, como um dispositivo de governamentalidade, no sentido foucaultiano, enquanto relações de poder-saber, isto é, a um movimento na política dos países ocidentais em direção a uma sociedade burocrática complexa na qual operam novas formas de disciplina que culminam em novos saberes, que, por sua vez, geram disciplina e controle, de onde a relação imbricada de poder-saber, um alimentando o outro.

O artigo se estrutura da seguinte forma: após a introdução, apresentamos o referencial teórico a partir das discussões de conceitos foucaultianos, seguido do contexto da pesquisa, o papel da mídia e informações sobre o PISA, na sequência, apresentamos a análise, seguida das conclusões.

As relações de poder-saber, os regimes de verdade e governamentalidade

Para desenvolver a análise, mobilizaremos a noção de governamentalidade, atrelada às noções de relações de poder-saber e regimes de verdade, a partir de Foucault.

Foucault (2004, 1984) rompe com as concepções clássicas do poder, pois, para ele, este não pode ser localizado em

uma instituição ou no Estado, mas se opera como uma relação de forças. Portanto, o poder está em todas as partes, os sujeitos são atravessados por relações de poder, não existindo sem elas, e este não somente os reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo subjetividades.

E é nesse âmbito que estão os estudos foucaultianos, eles analisam o funcionamento do poder, a partir das lutas cotidianas, ou seja, da microfísica do poder. Assim sendo, o binômio poder/saber aparece numa relação de constituição recíproca: o *poder* produz o *saber* e o *saber* produz o *poder*, um legitimando o outro (FOUCAULT 2004, p. 28-32).

Por sua vez, Foucault nos revela o quanto a verdade e o poder estão ligados; pode-se falar de uma relação intrínseca entre eles, visto que o poder, com o desejo de dominar, cria verdades através do discurso. Portanto, nessa relação tem-se a criação dos regimes de verdade com a finalidade de propagar o poder. Para o autor, a verdade é algo que reside no discurso, que é criado por e através dele:

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem o poder (...) A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1984, p. 12).

Atrelada aos regimes de verdade, citamos a noção de governamentalidade que também deriva dos estudos foucaultianos. Para o autor, o problema do governo surge, de modo geral, no século XVI, com relação a questões sob diversos aspectos: o problema do governo de si mesmo; problema do governo das almas e das condutas e o problema do governo dos Estados pelos príncipes. Em seus estudos sobre governo, Foucault se deteve aos seguintes questionamentos: "Como se governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível" (FOUCAULT, 1984, p. 277-278). Maia (2010) assevera a importância de compreender o termo "governo" da seguinte forma:

(...) governo não deve ser entendido nos termos em que é empregado atualmente, ou seja, como uma burocracia ou grupo de pessoas à frente da gestão pública, ou a atividade exercida por aqueles que conduzem a máquina estatal, mas sim no sentido apontado nesta passagem por Foucault ("governo das almas", "governo das crianças", "governo das comunidades", "governo do doente") (MAIA 2010, p. 64).

Como citado acima, a noção de governo ultrapassa o registro de um governo de Estado, pois essa prática se constitui pelos diversos espaços sociais, tais como na família, na escola, dentre outros. Houve, na modernidade, um deslocamento da arte de governar, deixando de lado a soberania que governava um território para um modelo governamental centrado na população (FOUCAULT, 1984). Considera-se por governamentalidade uma multiplicidade de práticas de governo que tomam como alvo uma população e os saberes da economia como estratégias de ação (FOUCAULT, 1984), incluindo aí, as avaliações externas.

No que tange ao discurso do PISA, foco de nossa pesquisa, caracterizamo-lo como um discurso constitutivamente ideológico, determinado por formas históricas das relações sociais e permeado por relações de poder-saber, constituindo-se em novos regimes de verdade e nova governamentalidade adequados ao momento histórico-social que lhes credencia o poder de produzir as verdades.

O papel a mídia

A mídia tem exercido um papel de forte influência nas opiniões da população em nosso mundo contemporâneo, sendo denominada como "o quarto poder", em referência aos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) presentes no modelo do governo republicano brasileiro.

De acordo com Umberto Eco, a questão é controversa, pois há dois lados, os que veem a mídia como um poder alienante, enquanto atrelada ao sistema cultural capitalista e outros que acreditam que a mídia representa uma evolução da sociedade, possibilitando, inclusive, reações de resistência social ou até revolucionárias, pela atuação na cultura de massa (ECO, 1974).

A posição que aponta a cultura de massa como alienação remonta aos pesquisadores da Escola de Frankfurt (ADORNO e HORKHEIMER, 1985) na primeira metade do século XX, que mostram como funciona o sistema de produção dos bens simbólicos e culturais atrelado à lógica capitalista.

Por sua vez, o sociólogo Paul Lazarsfeld (LAZARSFELD; BERELSON; GAUDET 1948), ao contrário, acredita que o indivíduo tem autonomia de procurar um meio de comunicação cujo conteúdo mostre compatibilidade às suas convicções e modos de ver, podendo escolher o veículo midiático com o qual se identifica.

No caso brasileiro, segundo Carvalho (2013), o nosso modelo de jornalismo foi importado dos Estados Unidos, idealizado neste país como neutro e apartidário, assim, a adaptação no Brasil, na década de 50, trouxe para as redações brasileiras as noções de profissionalismo defendidas por este país, o que inclui a classificação da notícia como relatos isentos de opinião. Porém, se nos EUA os jornais se colocam como mediadores entre o governo e o público, e reivindicam para si o papel de promotores das informações de modo objetivo e imparcial, no Brasil houve uma "leitura muito particular da retórica americana do Quarto Poder", como afirma Albuquerque (CARVALHO, 2013, p. 5).

Desse modo, pode-se conceber que a neutralidade e imparcialidade da mídia, no Brasil, deve ser questionada, o que este trabalho pretende fazer, ao analisar uma reportagem da mídia sobre o desempenho do PISA.

O PISA no mundo e no Brasil

Segundo Carvalho (2009, p. 1013), o PISA (Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes) surgiu como uma derivação da *International Association for the Evaluation of Educational Achievement* (IEA), que por cerca de três décadas teria “monopolizado” a avaliação no âmbito internacional. Promovido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o PISA consiste em uma prova que é aplicada a jovens na faixa etária de 15 anos, com o objetivo de mensurar seus conhecimentos nas áreas de Leitura, Matemática e Ciências.

De acordo com relatório divulgado pelo INEP, mais do que analisar as disciplinas, a avaliação quer responder à seguinte pergunta: “o que é importante os cidadãos saberem e serem capazes de fazer?” (INEP, 2016, p. 18). Para isso, as provas são elaboradas visando a um modelo dinâmico de aprendizagem, que aponte em que contextos determinados conhecimentos e competências são aplicados pelos alunos:

O PISA procura ir além do conhecimento escolar, examinando a capacidade dos alunos de análise, raciocínio e reflexão ativa sobre seus conhecimentos e experiências, enfocando competências que serão relevantes para suas vidas futuras na solução de problemas do dia-a-dia (INEP, 2017).

Nesse processo, também são coletadas e analisadas informações demográficas e socioeconômicas por meio de questionários distribuídos aos estudantes, pais, diretores de escolas e professores, a partir dos quais são criados indicadores que auxiliam no relacionamento entre o seu desempenho e o contexto em que estão inseridos. Com isso, pode-se dizer que os instrumentos fornecem os seguintes resultados, resumidamente (INEP, 2016, p. 19): indicadores de um perfil básico de conhecimento e habilidades dos estudantes; indicadores derivados de questionários que mostram como tais habilidades são relacionadas a variáveis demográficas, sociais, econômicas e educacionais e indicadores de tendências que acompanham o desempenho dos estudantes e monitoram os sistemas educacionais ao longo do tempo.

Segundo o site da OCDE, o objetivo da prova é declaradamente ir além do conhecimento escolar, analisando seu contexto, os dados que são divulgados após a realização do PISA não podem ser vistos de maneira isolada.

Em 2005, o Brasil se reuniu com países como México, Uruguai, Portugal e Espanha para formar o GIP – Grupo Ibero-americano do PISA, para trabalharem colaborativamente, somando suas experiências com a implementação da avaliação.

De acordo com o INEP, órgão responsável por realizar a prova no Brasil, os resultados servem de parâmetro para medidas sociopolíticas e investimentos na área da Educação:

Os resultados desse estudo podem ser utilizados pelos governos dos países envolvidos como instrumento de trabalho na definição e refinamento de políticas educativas, procurando tornar mais efetiva a formação dos jovens para a vida futura e para a participação ativa na sociedade (INEP, 2017).

Segundo o INEP, o Brasil é o único país sul-americano que participa da prova desde sua primeira aplicação, em 1998 e, apesar de ter ocupado a 60.^a posição entre 72 países na avaliação realizada em 2012, foi citado como destaque por ter aumentado de 65% para 78% a proporção de alunos escolarizados aos 15 anos, entre os anos de 2003 e 2012.

Em 2015 participaram dessa avaliação os 34 países que são membros da OCDE, além de 37 países convidados, dentre os quais está o Brasil. Em geral, são selecionados aleatoriamente uma média aproximada de 150 escolas e 45 jovens de cada uma, mas alguns países optam por uma amostra maior, como foi o caso do Brasil nessa última edição, que “consistiu de 841 escolas, 23.141 estudantes e 8.287 professores” (INEP, 2016, p. 19). Ainda de acordo com o Instituto, nessa última edição da avaliação, pela primeira vez a prova inteira foi aplicada eletronicamente e os estudantes tiveram duas horas para responder a questões de ciências, leitura, matemática e resolução colaborativa de problemas.

Neste ano de 2015, porém, apesar de abranger um número maior de alunos avaliados, a média geral nas três áreas de conhecimento ficou abaixo do ano anterior (vide tabelas 01 e 02).

TABELA 1 – Média geral do Brasil no PISA de 2000 a 2015.

	2000	2003	2006	2009	2012	2015
Alunos avaliados	4.893	4.452	9.295	20.127	18.589	23.141
Leitura	396	403	393	412	410	407
Matemática	334	356	370	386	391	377
Ciências	375	390	390	405	405	401

Fonte: INEP, 2017.

TABELA 2 – Média geral do Brasil e média geral dos países membros da OCDE no PISA 2015.

	Média no Brasil	Média nos países membros da OCDE
Leitura	407	493
Matemática	377	490
Ciências	401	493

Fonte: INEP, 2017.

Também quando comparados a países europeus, os resultados do Brasil são considerados ruins. O site do INEP, porém, veicula notícias que mostram o avanço do país na área de Matemática, em contraposição à evolução dos demais países participantes. Essa visão otimista propagada pelo Instituto pode ser decorrente do fato de que “o Brasil tem abraçado fortemente a utilização e propagação das ideias contidas nos documentos da OCDE e do PISA” (LIBANORI, 2015, p. 56), legitimando a hipervalorização que a avaliação tem recebido no país pelos órgãos públicos e entidades promotoras, como o próprio autor destaca (e, posteriormente, questiona):

A participação no programa do PISA tem significados especiais para o Brasil, que vão além dos resultados aqui apresentados. Fazer parte do programa com países cujos sistemas educacionais são os *mais avançados do mundo* permitiu aos técnicos brasileiros o convívio com os maiores especialistas em avaliação educacional. Essa convivência traz para o Brasil *um salto de qualidade na concepção e realização de instrumentos de avaliação educacional*, principalmente porque consolida os avanços já projetados no SAEB e no Enem (BRASIL *apud* LIBANORI, 2015, p. 58).

O autor ressalta, ainda, que essa legitimação acontece também pela “aceitação quase unânime na comunidade internacional das informações e ranking do PISA” (LIBANORI, 2015, p. 55), o que se confirma e reflete na abordagem que as reportagens veiculadas na grande mídia fazem sobre o assunto.

Tomando uma dessas reportagens como *corpus* discursivo, então, e tendo como aporte teórico os estudos foucaultianos, uma das reflexões desta pesquisa é que efeitos de sentido a mídia veicula, isto é, que verdades ajuda a instaurar acerca do atual cenário da educação no país, foco do próximo item.

Reportagem da Revista Veja

A análise a seguir tem como proposta direcionar o olhar para a forma como os resultados do PISA e suas interpretações são difundidos e legitimados pela mídia no Brasil e como os sujeitos consomem essas informações.

A edição 2508, ano 49, nº 50 da Veja de 14 de dezembro de 2016, apresenta uma reportagem, dentre as investigadas por nós, no período de fevereiro de 2012 a julho de 2017. Tal reportagem saiu após os resultados do PISA, de 2015.

Nesta reportagem, como em quase todas as outras levantadas, o teor da discussão é a comparação entre os resultados conquistados pelo Brasil e pelo país que alcançou o 1º lugar, qual seja, Singapura. Importante observar que a China se divide em províncias e as províncias de Singapura, Hong Kong e Macau lideram a lista em alguns quesitos. Trata-se de uma manobra, ao nosso ver, de dar visibilidade aos resultados, de modo positivo, desconsiderando todo o resto do país. Assim, o PISA funciona como uma grande propaganda mundial de alguns países em detrimento de outros. Só se pode afirmar que um país é bom, em comparação com outros que não sejam. E, aí entra o Brasil neste jogo discursivo, conforme atesta a reportagem escolhida por nós.

Vejamos as escolhas linguísticas da reportagem para se referir à Educação do Brasil:

1. No índice, temos: “O Brasil está **perdendo a corrida** global”.
2. Na primeira página da reportagem, vemos: “Temos muito a aprender”.
3. Abaixo em letras menores, observa-se: “O Brasil, que já ia mal, aparece pior ainda no novo ranking mundial do ensino. A saída está em olhar para o topo e aplicar **a lição dos campeões** de excelência”.
4. Na segunda página da reportagem, centralizada e localizado entre duas colunas com o texto, aparece um comparativo dos países colocados da 1ª a 5ª posição, em relação a Ciências, Leitura e Matemática e a posição do Brasil, qual seja, 63ª em Ciências; 59ª em Leitura e 65ª em Matemática.

FIGURA 1 - Edição 2508, ano 49, nº 50, Revista Veja de 14 de dezembro de 2016



Salta-nos aos olhos a grande metáfora que perpassa a reportagem, de competição, de disputa, como se fosse um grande jogo, ou melhor, uma corrida, como se pode observar em: “perder a corrida” e “lição dos campeões”. Coadunamos com outras pesquisas por nós publicadas, que analisam discursivamente outras reportagens da Revista Veja e da Folha de São Paulo, dois veículos midiáticos que compõem o corpus da pesquisa que deu origem a este artigo, cujo teor tem sido

fazer a comparação entre a Educação no Brasil e de outros países, a partir da metáfora do jogo.

A média geral do Brasil e média geral dos países membros da OCDE no PISA 2015 foi a seguinte:

TABELA 3 - Média geral do Brasil e média geral dos países membros da OCDE no PISA 2015.

	Média no Brasil	Média nos países membros da OCDE
Leitura	407	493
Matemática	377	490
Ciências	401	493

Fonte: INEP, 2017

Segundo a reportagem, os melhores do Brasil se equivalem aos medianos do resto do mundo. Ou seja, a mídia apresenta os resultados de modo sensacionalista e comparativamente, enfatizando os efeitos negativos da Educação no Brasil, à luz dos indicadores do PISA, sem questionamento algum, funcionando como um grande regime de verdade, no mundo contemporâneo.

Considerações finais

A análise do discurso PISA-Brasil nos permite compreender a razão pela qual algumas imagens são construídas e naturalizadas. Segundo Chakrabarty, o primeiro mundo, a Europa, "funciona como um referente silencioso no conhecimento histórico" (CHAKRABARTY, 1992, p. 337), e como grandes narrativas são tomadas como modelos, quando as histórias dos países emergentes são escritas, são traduzidas em termos de falta, incompletude e ausência.

Este trabalho buscou pensar o PISA como um novo dispositivo de governamentalidade, a partir de uma análise de uma reportagem da revista *Veja* de 2017 sobre os últimos resultados do PISA.

A análise tematizou excertos que estabelecem comparações entre países, desconsiderando as especificidades de cada país, sua cultura, suas idiossincrasias. O Brasil é um país continental e, ao nosso ver, mesmo comparações entre regiões e culturas não deveriam ser feitas. Se os saberes necessários para a vida variam de região para região, entre países, continentes e culturas variam muito mais. São incomensuráveis, não podendo ser colocados em gráficos, em números. Pode-se dizer que os rankings operam anonimamente classificando as pessoas e naturalizando as diferenças, pois eles "são desvinculados de seu contexto imediato de produção" (HANSEN, 2015, p. 211). Do ponto de vista da Virada Linguística, a língua e os números não somente representam a realidade, mas eles, também, criam categorias e medidas que "fabricam pessoas" (HACKING, 1986) de modo a fazer com que certas pessoas se sintam parte de um grupo, enquanto outras não: os bem sucedidos e os mal sucedidos no PISA.

Os rankings e os números do PISA funcionam como um dispositivo de governamentalidade, no sentido foucaultiano, enquanto relações de poder-saber, isto é, a um movimento na política dos países ocidentais em direção a uma sociedade burocrática complexa na qual operam novas formas de disciplina que culminam em novos saberes, que, por sua vez, geram disciplina e controle, de onde a relação imbricada de poder-saber, um alimentando o outro. Isto é exatamente o que o PISA faz, gera saber que engendra poder, funcionando, em última instância como uma nova forma de governamentalidade, neste caso, de governar o futuro de uma nação, concebida como economia, em tempos (neo)liberais. Por fim, as avaliações externas, ao nosso ver, ao invés de contribuir para resolver os "ditos" problemas da educação, elas acabam camuflando-os e, conseqüentemente, naturalizando as diferenças que são visualizadas através de quadros estatísticos veiculados pelos órgãos de governo e pela mídia, levando, quando divulgados os resultados, a uma verdadeira "caça às bruxas" em nosso país.

Referências

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CARVALHO, E. de M. Imprensa e poder: politização ou partidarização dos jornais brasileiros? In: **5º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO POLÍTICA, 5ª ed. Anais**. Curitiba: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2013.

CARVALHO, L. M. Governando a educação pelo espelho do perito: uma análise do PISA como instrumento de regulação. In: **Educação & Sociedade** [On-line], 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/873/87313699005/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CHAKRABARTY, D. Provincializing Europe: Post Coloniality and the Critique of History. **Cultural Studies**, 6 (3), 337-357, 1992.

ECO, U. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984

_____. 'Governmentality', trans. Rosi Braidotti and revised by Colin Gordon, in Graham Burchell, Colin Gordon and Peter Miller (eds) **The Foucault Effect: Studies in Governmentality**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1991.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e Punir**. Trad. Raquel Ramalheite. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

HACKING, I. Making up people. IN: Heller, T. C.; Sosna, M.; Wellbery, D. E. **Reconstructing Individualism. Autonomy, Individuality and the Self in Western Thought**. Stanford, California: Stanford University Press, 1986.

HANSEN, H. K. Numerical operations, transparency illusions and the datification of governance. **European Journal of Social Theory**. Sage. 18 (2) 203-220, 2015.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Brasil no PISA 2015**: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros / OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Fundação Santillana, 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. **PISA**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/pisa>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

LAZARFELD, P.; BERELSON, B.; GAUDET, H. **The People's Choice**. New York: Columbia University Press, 1948.

LIBANORI, G. A. **Melhores políticas para melhores vidas**: um estudo crítico das concepções que embasam o *Programme For International Student Assessment* (PISA) no período 1997-2012. 159 f. Tese (Programa em Educação) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos (CECH/UFSCAR), São Carlos, 2015.

MAIA, A. **Do Biopoder À Governamentalidade**: sobre a trajetória da genealogia do poder. Currículo sem Fronteiras, v. 11, n.1, p.54-71, jan/jun., 2010.